



15/12/2020

Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, denuncia:

“Privatização da Eletrobras é controlada e direcionada para beneficiar grandes acionistas minoritários.”

Denúncia coloca o presidente da Eletrobras sob suspeita e sem condições para continuar à frente da empresa.

PARA TUDO! CPI JÁ!

A Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL, desde 2017, denuncia em seus informes as impropriedades que rodeiam o projeto de privatização da Eletrobras, vendido à sociedade e ao parlamento com o nome de "capitalização". Como acionista, a AEEL exigiu que suas denúncias, agora materializadas nas palavras do senhor Rodrigo Maia, constassem nas atas da AGO's (veja [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)) e AGE's (veja [aqui](#) e [aqui](#)). As referidas atas são documentos públicos e encontram-se disponíveis no endereço: <https://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/Convocacoes-e-Atas.aspx>.

Este projeto foi concebido de modo obscuro, “nos porões da Eletrobras” por Wilson Ferreira Pinto Júnior e do Ministério de Minas e Energia, à época, sob o comando de Fernando Bezerra Filho e Paulo Pedrosa. O objetivo principal é fazer uma espécie de privatização controlada e direcionada, de modo a proteger e potencializar os interesses dos grandes acionistas minoritários liderados pelo grupo 3G Radar.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Pinto Júnior traçaram a seguinte linha de ação para consecução do plano:

- i. Desmoralização pública da Eletrobras e seus empregados, que foram chamados pelo próprio presidente de ineficientes e vagabundos (essa ofensa aos empregados gerou uma advertência a Wilson Ferreira Pinto Junior na Comissão de Ética Pública);
- ii. Contrataram por R\$ 3 milhões, sem licitação, a FSB Comunicação com o objetivo de seguir manchando publicamente a imagem da Eletrobras, para justificar o projeto de privatização. Esse contrato foi suspenso pela justiça federal, após ação promovida pelas Entidades de Representação;
- iii. Iniciaram um processo de cooptação de autoridades, órgãos e instituições para, de um lado, defenderem o projeto e, de outro, fazerem “vista grossa” às mazelas embutidas no modelo proposto, as inverdades contra o Sistema Eletrobras e às peripécias na maior especulação mobiliária dos tempos atuais, com as ações em mercado da Eletrobras;

- iv. Permitiram que a alta administração da Eletrobras fosse capturada pelo acionista minoritário privado, a 3G Radar, que passou a controlar a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal, no mais crasso conflito de interesses da história político-econômica do Brasil; A maioria dos membros dos órgãos de administração da Eletrobras foi indicada pelos grandes acionistas minoritários, principalmente 3G Radar, vis-à-vis o Governo (Ministérios de Minas e Energia e da Economia) ter abandonado sua prerrogativa de deter a maioria nesses órgãos e simplesmente passou a acatar os nomes indicados por esses acionistas minoritários. Vejamos: José Guimarães Monforte - presidente do Conselho de Administração da Eletrobras; Elvira Cavalcanti Presta - Diretora Financeira e de Relacionamento com o Mercado da Eletrobras; Camila Gualda Sampaio - Diretora de Conformidade da Eletrobras, ex-Deloitte;
- v. Iniciaram a venda de participações da Eletrobras em SPE's, sem considerar e manter àquelas vinculadas ao seu *core business* e que seriam em um breve futuro o grande pilar de sustentabilidade da Empresa;
- vi. Vedaram a participação da Eletrobras e suas empresas nos leilões da Aneel;
- vii. Desenharam um projeto de "capitalização" sob medida aos interesses do Grupo 3G Radar;
- viii. Definiram, no projeto, limite de 10% (dez por cento) para a participação de sócios no capital votante da empresa – percentual adequado aos interesses do Grupo 3G Radar, que não precisaria fazer mais nada, só aguardar o controle cair de bandeja no seu colo, sem praticamente nenhum desembolso e lucros exorbitantes a serem pagos pelos consumidores. Um verdadeiro negócio da China!;
- ix. Convenceram o MME, de Bento Albuquerque e Marisete Dadald, a propor a criação de uma nova estatal para cuidar da Eletronuclear, Itaipu e programas de governo, mediante a alocação de R\$ 4 bilhões no orçamento da União. Uma aberração, pois o governo já é donos delas, sem gastar um tostão;
- x. Minimizaram as riquezas e potencialidades da Eletrobras quando da definição do projeto e do preço de venda, deixando de considerar: o caixa existente; os ganhos com a descotização de energia pretendida; as indenizações vincendas que entrarão no caixa da empresa; o prêmio de controle, inerente a qualquer processo de venda; a renovação da concessão da UHE Tucuruí a ser feita dentro do pacote e sem cotização;
- xi. Ignoraram solenemente os interesses da sociedade e dos consumidores em prol dos seus interesses particulares e de um pequeno e seleto grupo de grandes acionistas minoritários especuladores, os “fundos abutres” como são conhecidos pelo mercado;

Agora, em dezembro de 2020, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), discursando para empresários e autoridades no evento da LIDE, declara que o projeto de privatização da Eletrobras não avançou por estar sob suspeição, afirmando com todas as palavras que a modelagem proposta, negociada pelo governo, visa beneficiar acionistas, uma vez que inclui uma Usina Hidroelétrica (Tucuruí) cujo vencimento da concessão está próximo.

O presidente da câmara se referiu a apenas uma das mazelas do “Plano do Golpe”, que somada às demais, tornariam a sociedade brasileira escrava desse pequeno grupo de grandes acionistas minoritários, encabeçado grupo 3G Radar.

Transcrição de trecho do áudio no vídeo em que Rodrigo Maia falou sobre privatização e ministro da Economia, Paulo Guedes:

“...eu tô procurando as privatizações, tô procurando por um lado, estou procurando por outro – nenhuma! E a única, que ele colocou está sob suspeição, que é a Eletrobras, porque está negociando modelagem, tá negociando modelagem para beneficiar acionista, incluindo uma usina que a concessão vence agora, está sob suspeição, e por isso que ela não andou na câmara, não andou porque eu não fiz acordo com a esquerda, como o ministro fala, não andou porque está sob suspeição, porque querem incluir uma usina na privatização da Eletrobras e isso vai beneficiar os acionistas atuais da Eletrobras, e quero ver o ministro falar que é mentira o que estou falando, porque a equipe dele fala isso! Cadê as outras três? estamos procurando! Cadê o projeto de lei dos Correios? Docas, não sei mais qual! Aliás, aqui entre nós né? para uma despesa de R\$ 600 bilhões, ele tratar o assunto da privatização como uma urgência, desculpa, com todo o respeito é até brincadeira ...”

Rodrigo Maia está falando da **Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pertencente à Eletrobras Eletronorte, que gera mais de 8.300 MW, cuja concessão terminará em 2024.**

Imaginem 8.370 MW de energia firme e limpa sendo renovados por mais 30 anos, com preços liberados para comercialização no mercado livre de energia? Qual a dificuldade em se construir uma modelagem que beneficie a empresa e os consumidores? O projeto de capitalização representa crime lesa-pátria e crime contra a sociedade que já amortizou os investimentos e, nesta lógica, terá que pagar novamente e mais caro, pelo preço de novo, e como se corresse todos os riscos legais, financeiros e ambientais de projetos complexos que são os ligados a geração e transmissão de energia elétrica!

Para completar o enredo e fortalecer a narrativa em prol dos interesses dos grandes acionistas minoritários da Eletrobras, entra em cena o famoso banco criado por Paulo Guedes, o BTG Pactual do empresário André Esteves, que compra a Consultoria Internacional de Energia - PSR e, ato contínuo, começa a soltar projeções sobre as ações da Eletrobras e a desenhar cenários com e sem privatização.

Eletrobras, MME e Ministério da Economia tornaram-se meros apresentadores de slides, cujo conteúdo é elaborado e preparado sem estudos aprofundados que os sustentem. Sabe-se que em muitos casos, até mesmo os próprios slides já vêm prontos. Simplesmente aparecem do nada, basta colocar o logotipo!

Esta denúncia feita pelo presidente da Câmara dos Deputados é extremamente grave, requer a devolução do projeto de privatização da Eletrobras para o executivo, a abertura de CPMI no congresso para investigar os crimes que vêm sendo praticados pela alta administração da Eletrobras, principalmente o de advocacia administrativa e flagrantes conflitos de interesses; denúncia ao Ministério Público Federal para a abertura de investigação dos atos e acordos escusos feitos pelos envolvidos e proposição.

Esperamos que o senhor Wilson Ferreira Pinto Junior se manifeste oficialmente, através de Comunicado ao Mercado, sobre a declaração do presidente da Câmara e os agravantes aqui apresentados. Essa é uma das duas decisões que um verdadeiro CEO deve tomar diante de acusações tão graves. A outra é entregar sua carta de demissão.

Compartilhe!